



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº 1.409, DE 1999 (Do Sr. Rodrigo Maia)

Proíbe a alienação, pela União, do controle acionário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 160, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado à União, a alienação de ações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, se tais operações resultarem em perda do controle acionário ou administrativo destas empresas.

Parágrafo Único. Enquadram-se nas determinações do *caput* deste artigo quaisquer formas de acordo operacional ou outra operação societária que tenham como resultado a perda do controle administrativo integral da União sobre as empresas citadas.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

## JUSTIFICAÇÃO

O Banco do Brasil, em quase dois séculos de existência, é parte integrante da história de nosso país. Nesses seus 191 anos, a instituição participou diretamente dos

principais acontecimentos da vida econômico-financeira da nação, mantendo sólido compromisso com o desenvolvimento e atividades produtivas nas mais diversas regiões.

Nos últimos tempos, o Banco do Brasil tem demonstrado sua capacidade de adaptação às mudanças determinadas pela nova realidade econômica do Brasil e do mundo. Com o ajuste realizado a partir de 1995, o banco passou de um prejuízo de cerca de R\$ 8 bilhões em 1996 para um lucro de quase R\$ 1 bilhão no ano passado, refletindo a intensidade e abrangência das medidas tomadas nesse processo, com redução significativa do quadro de funcionários, investimentos em tecnologia, automatização da totalidade de suas agências, além do desenvolvimento de novos produtos e serviços, com consequente atração de novos clientes.

Tendo em vista a perspectiva histórica da instituição e sua performance mais recente, não são poucas as razões para que se venha combater e repudiar a privatização da entidade. Com 2819 agências e 2673 postos de atendimento, o BB está presente em 2700 municípios brasileiros, sendo que, em muitos deles, não haveria atratividade para instituições privadas. Logo, sem a presença do Banco do Brasil, muitas localidades ficariam sem agências ou postos de atendimento – essenciais para o fomento e incentivo de suas atividades econômicas. Além disso, o Banco do Brasil tem outras funções públicas que exigem maior maturidade operacional do sistema financeiro antes de serem transferidas para bancos privados. Como exemplo, podem ser citadas a arrecadação das contribuições das empresas para a Previdência Social, pagamento do funcionalismo federal e de mais sete Estados que não possuem banco próprio, execução das transações de toda a rede de hospitais do SUS e do Fundo de Educação. A principal de todas estas atividades é o financiamento e fomento da agricultura, com geração de créditos, leilões e intermediação de negócios. A aplicação de recursos do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) no campo e na cidade tem garantido a manutenção e/ou criação de mais de 200 mil empregos e a aplicação dos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por sua vez, tem proporcionado a geração/manutenção de cerca de 630 mil postos de trabalho.

No comércio exterior, através principalmente do PROEX (Programa de Financiamento às Exportações), o Banco do Brasil fornece importante suporte às exportações brasileiras, com 587 exportadores beneficiados em 1998, resultando em um valor exportado de US\$ 27,4 bilhões. Por fim, não se pode deixar de citar os incentivos concedidos às Micro e Pequenas Empresas, relacionados, sobretudo às operações de capital de giro, que atingiram o montante de US\$ 1,5 bilhões em 1998.

Em relação à Caixa Econômica Federal devemos, igualmente, considerá-la como um importante referencial de desenvolvimento econômico e social do nosso país. Desde a unificação de um aglomerado de 22 empresas afins em 1969, com a

formação da Caixa Econômica Federal, esta entidade completa trinta anos de serviços prestados ao país.

Da mesma forma como foi exposto em relação ao Banco do Brasil, as funções da Caixa Econômica Federal também necessitam de permanecer sob controle oficial. Atualmente, a entidade é responsável pela gestão de 72 milhões de contas e o atendimento de 33,5 milhões de trabalhadores que buscaram na empresa os benefícios do FGTS e do PIS. Em relação a benefícios do INSS e Seguro-Desemprego, a Caixa realizou, em 1988, 42,7 milhões de pagamentos.

Do ponto de vista da política habitacional, a Caixa assume relevante papel na operacionalização de políticas públicas visando a redução do déficit habitacional brasileiro, que, atualmente, ultrapassa 9 milhões de unidades. É importante lembrar que, somente durante o ano de 1998, as contratações habitacionais da Caixa Econômica Federal ultrapassarem os R\$ 4 bilhões, enquanto todas as Sociedades de Crédito Imobiliário juntas não chegaram a R\$ 3 bilhões.

A Caixa está presente em mais de 80% dos municípios brasileiros, de todas as regiões, com obras de saneamento, infra-estrutura urbana e do apoio à agricultura familiar. No ano de 1998, os números indicavam mais de 8000 obras com recursos diversos, beneficiando mais de 9 milhões de pessoas e gerando cerca de 400 mil empregos. Também deve ser destacado o atendimento creditício às micro, pequenas e médias empresas, principalmente através dos programas CAIXAGIRO (recursos do PIS) e do PROGER (recursos do FAT), que, juntamente, representam mais de 46 mil contratos.

Difícilmente poderíamos imaginar essas importantes funções sendo desempenhadas por agentes privados. As atividades do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal estão diretamente ligadas a objetivos de políticas de desenvolvimento – geração de empregos e renda, habitação e saneamento, estímulo ao comércio exterior, dentre outros, que devem estar sob a gerência e responsabilidade do poder público.

Por isso, encaminho esta proposição visando preservar instrumentos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

05/08/99

  
DEPUTADO RODRIGO MAIA